

O que podemos esperar com o Novo Código de Mineração?



Há três anos, parlamentares discutem um novo Código de Mineração, que visa alterar regras estabelecidas na época da Ditadura Militar. Basicamente, as mudanças serão no regime de prioridades e as alíquotas de compensação financeira. Hoje é cobrada uma alíquota de 3% (alumínio, manganês, sal-gema, por exemplo), 1% no caso do ouro e 0,2% se a origem for de garimpo. Mas a grande questão é: como atender interesses das mineradoras, das comunidades, dos trabalhadores e respeitar o meio ambiente? Com uma fiscalização falha e sucateada, são apenas 947 servidores em todo o Brasil.

Com o rompimento da barragem em Mariana (MG), a população começa a se atentar com as mineradoras que têm um alto faturamento anual, como a Vale, como R\$104 bilhões (2012) e CSN R\$16,9 bilhões (2012), que degradam a paisagem dos municípios, expõem a população ao risco, sendo o retorno para a população insignificante. Somente o minério de ferro é responsável por 82% das exportações e representa um percentual de 16% do total mundial e com 98% das reservas mundiais de Nióbio (usado na fabricação de turbinas de

avião).

Com números tão expressivos, o que podemos esperar com a mudança do novo Código de Mineração? Cremos que não haverá avanço algum no que tange à segurança dos municípios e aos direitos trabalhistas, pois segundo dados do TSE o irmão do relator da PL 5807/2013, LEONARDO QUINTÃO (PMDB), é sócio de empresa de mineração. E dos 27 titulares, 20 receberam doações de campanha de empresas mineradoras, chegando a um total de R\$4,8 milhões. Esta mesma PL já recebeu em torno de 370 emendas, mudando totalmente as medidas que alteravam as regras do setor. Queremos chamar a atenção para que se não nos atentarmos para o que nossos deputados votam, tragédias como a de Mariana serão cada vez mais recorrentes, porque as mineradoras estarão amparadas por seus pares, e a população abandonada por aqueles eleitos democraticamente. Pois não se enganem, as mineradoras vão cobrar a fatura destes R\$4,8 milhões que financiou a campanha de alguns que se dizem representantes do povo.

Conceição Alves - diretora do Sintect/JFA



por Paula Partas



Jurídico

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

Indenização material emoral por falta de energia elétrica

Interrupções no serviço de energia elétrica que prejudicaram eventos levam a empresa elétrica a ser condenada por danos materiais e por danos morais ao consumidor. A responsabilidade da empresa é objetiva, conforme preconiza a Constituição Federal (artigo 37, § 6º). Pondera-se que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que os seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Para que se reste configurada tal responsabilidade, deve-se demonstrar o nexo de causalidade entre a atividade da administração e o dano efetivamente causado, sendo irrelevante se o agente estatal agiu ou não com culpa.

A lei não impõe ao consumidor providenciar fontes alternativas de energia elétrica, mas, em contrapartida, ante a violação do princípio da continuidade na prestação do serviço e da eficiência, assegura-lhe o direito à indenização pelos danos suportados.

Trago como exemplo o acontecimento do último dia 05 de dezembro de 2015, o 2º Baile do SINTECT/JFA, realizado, ou ao menos tentou-se realizar, no salão social do Clube Tupi. Festa esta designada para as 22h em que houve a ausência de energia elétrica, só retornando na segunda feira pela manhã. Ao se tentar comunicação com a CEMIG, ninguém conseguiu contato pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor, devido ao congestionamento, e nem no dia do evento houve chuva capaz de gerar quedas de postes de energia elétrica que pudessem levar à interrupção.

Fato é que a entidade sindical, após contratar serviço de buffet, alugar salão social para esta finalidade, distribuir e vender convites e todo um aparato para comemorar junto aos seus trabalhadores, associados, amigos e familiares mais um ano de trabalho, lutas e conquistas, deparou-se com o completo breu, e todos consternados tentaram de toda forma realizar as festividades, porém, não sendo de todo possível. Todo um aparato montado e sem qualquer justificativa pela operadora de energia elétrica, para estragar um ano de expectativa de toda diretoria do SINTECT/JFA para as festividades de final de ano.

Tal situação gera dano moral à entidade representativa de toda a categoria, bem como os danos materiais.

Acesse
sintectjfa.org.br,
nossa página no Facebook
e nosso canal no Youtube!



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a **FENTECT** **CUT**

Notícias Sindicais

Novembro/
Dezembro de 2015

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

www.sintectjfa.org.br

FIM DE ANO

Sempre que nos aproximamos de uma nova etapa é muito comum repensarmos sobre tudo que nos levou até este ponto. Lembrar um pouco do que já passamos pode nos ajudar a direcionar nossas perspectivas com relação à nova fase que está começando. A chegada de um novo ano também é uma ótima oportunidade para refletirmos sobre o que passou e ampliar o nosso horizonte para alcançar melhores ambições. Tentar não repetir os mesmos erros e atrair melhores sentimentos, normalmente, é um desejo comum, mas atingido por pouca gente. Talvez se agíssemos na mesma proporção que a nossa imaginação atua, teríamos mais chances de ser feliz. Não são os erros ou os acertos que conduzem a nossa felicidade, e sim a forma como lidamos com cada um deles, negativa ou positivamente. Se o ano que passou não foi bom o suficiente, faça pelo menos o que deu errado de uma maneira diferente. Agora, se a alegria

permaneceu ao seu lado como uma grande amiga, continue no mesmo caminho, e tente repetir mais vezes os momentos que lhe renderam muitos sorrisos. E por acreditar, mesmo embora se desenhe um 2016 sinistro para nós, ecetistas, temos que arregaçar as mangas e, através da luta e não da submissão reverter esse quadro que, infelizmente, gestores inescrupulosos nos legaram. Nós, do movimento sindical, sabemos das nossas responsabilidades, e conclamamos a todos para que possamos nos unir frente a essas dificuldades já anunciadas. Deixando bem claro que não vamos admitir que mais uma vez o trabalhador de base pague por uma administração inconsequente. Que Deus nos dê a força e a sabedoria necessárias para revertermos essa situação desastrosa. E que venha 2016! O SINTECT/JFA deseja Boas Festas e um ano novo com muita saúde, alegria e disposição.



EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000

PPP (Padronização da Palhaçada e Picaretagem) nas unidades

Como mostramos nas fotos, há trabalhadores à espera da carga para aferição do PPP no CDD/Norte/JFA. Como acontece todas as vezes que se faz esse procedimento de cartas marcadas, ou seja, a unidade sabe quando vai ser avaliada e se prepara para, pelo menos, garantir uma nota satisfatória. Mas, mesmo com o anúncio da avaliação, há unidades que estão tão precárias que, mesmo com trabalhadores de outras unidades enxertando o efetivo, conseguem sobressair bem nas avaliações.

Como podemos perceber, os trabalhadores que foram convocados para entrar todos às 8h30 estavam aguardando a carga que chegou às 9h. E mesmo assim uma carga bem reduzida, igualando assim a uma carga quando é feito o SD (sistema de distritamento). Portanto, a picaretagem e os falsos levantamentos contribuem para que as unidades continuem com os seus problemas estruturais e, infelizmente, com a conivência dos próprios trabalhadores. Até quando?!



Até quando?!

O Brasil não pode parar

Por Jorge Santos, diretor do Sintect/JFA

A população brasileira tem acompanhado através de rádio, jornais e televisão o drama vivido em todo o país no cenário político, de vergonha, da troca de acusações entre aqueles que foram eleitos nossos representantes. A família brasileira está perplexa e decepcionada diante de tanta incerteza, indelicadeza e falta de respeito daqueles que foram eleitos para nos defender, aos quais entregamos um voto de confiança para que conduzissem o destino desta nação respeitando a nossa bandeira, cujo lema é: ORDEM E PROGRESSO.

Acredita-se que esses homens sejam incapazes de conhecerem a letra do Hino Nacional Brasileiro, e não trazem consigo o Espírito de Nacionalidade, de respeito e de patriotismo. O nosso hino retrata nosso povo, toda uma nação, todas as nossas fronteiras, todas as nossas riquezas, e em momento algum diz que devemos nos apoderar de um bem que é do povo brasileiro, que é das nossas crianças, que é dos mais sofridos e daqueles que contribuem para o engrandecimento deste país.

A constituição brasileira é um livro sagrado, em que somos iguais perante a lei, tendo direito



a hospitais, escolas, salário, lazer e educação. Não estamos vendo isso acontecer ao longo da história da política brasileira. O que se vê é um grupo egoísta, extremamente vaidoso, que não pensa nesse povo lutador que, de sol a sol, trabalha para o engrandecimento do país. Com o passar do tempo, tudo é esquecido e surrupiam o nosso voto, a fim de continuarem fazendo a ditadura da malvaidez com o povo brasileiro.

O país está em dificuldades, e temos a nossa parcela de culpa quando votamos errado, mais aqueles que nos representam têm a obrigação de, no mínimo, serem honestos com o uso do patrimônio público e com a nação, de forma que se restabeleça no país a ORDEM E O PROGRESSO dessa brava gente brasileira.

Setoriais nos CDDs Leopoldina e Cataguases

Depois de muita insistência e ameaças de denúncia no Ministério Público do Trabalho por descumprimento da cláusula 16 do ACT 2015/2016, trabalhadores de Leopoldina e Cataguases puderam ouvir atentamente o que o Sintect/JFA tinha que repassar e orientar. Ao fim das setoriais, os trabalhadores, mais uma vez, se sentiram contemplados com a presença do Sindicato e desabonam essa conduta insana e desrespeitosa por parte da gestão da DR/MG em querer cercar o direito do trabalhador de ouvir seu sindicato.



A farrá do deslocamento de trabalhadores

Tornou-se comum no âmbito da empresa, principalmente na DR/MG, uma prática terrorista que alguns gestores sabem fazer e muito bem. Por falta de administração e competência, os trabalhadores, principalmente carteiros, estão sendo ameaçados com punições severas caso não atendam as ordens ditadas pelos "coroneis" que acham que o trabalhador tem que se ausentar do seu domicílio, deixando esposa(o), filhos(as), talvez pai e mãe que necessitam de suas presenças e, por fim, até a faculdade, para atender uma demanda criada pela incompetência de muitos gestores que afundaram esta empresa secular. O Sintect/JFA, sensibilizado e contrário a essa covardia praticada, através do seu jurídico orienta e sustenta a não obrigatoriedade de atender essa imposição da DR/MG. Também estaremos entrando com processos por danos contra a empresa por esta prática antitrabalhista e terrorista. Lembramos que o artigo 469 da CLT é bem claro e o trabalhador só se desloca se tiver a sua anuência. Outra questão de relevância consta no parágrafo terceiro, em que a



empresa tem que pagar um valor suplementar, nunca inferior a 25% do seu salário que percebia na localidade de lotação. Portanto, aqueles que já prestaram serviços fora da sua localidade e queiram pleitear esse valor suplementar é só procurar o sindicato para buscarmos esses valores sonegados por parte da empresa aos trabalhadores. Qualquer dúvida entrar em contato.

Preocupações de um "coronelzinho"

Não vamos nos alongar neste texto porque o sujeito não merece destaque. O eventual da Reven 06, dentro das suas "atribuições", denunciou e questionou, junto a Asget, este sindicato sobre o porquê do diretor/presidente estar tirando fotos no interior da agência central. Pois bem, o motivo das fotos já foi explicado na edição anterior, mas queremos registrar a nossa indignação com esse

"coronelzinho", e dizer para ele deixar de ser arrogante e ditador com seus subordinados. Que ele faça um curso de relações humanas para aprender a tratar o trabalhador como ser humano. Preocupe-se em dar condições de trabalho e segurança a todos, em vez de fazer fofocas e intrigas com uma assessoria que, a priori, está para ser a interlocutora de situações bem mais sérias do que a de se preocupar com fotos na agência. Infelizmente, o Reven 06 ressuscitou para tristeza de muitos o ditadorzinho que estava isolado num cantinho só seu. Estamos de olho nesse indivíduo.



Descumprimento do ACT 2015/2016

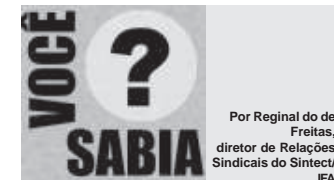
Como se não bastassem as trapalhadas da gestão, obrigando trabalhadores a prestar serviços fora de seus domicílios, estamos vivenciando também, entre outras coisas, o descumprimento da cláusula 16 que disciplina o acesso às unidades. Desde meados de outubro, estamos sendo tolhidos do direito de nos reunir com os trabalhadores em suas unidades. Várias setoriais foram agendadas e canceladas sob o pretexto ora da falta de efetivo,

ora carga alta, e, para finalizar, o famoso *black friday*. A exemplo dos Sintects MG e Uberaba, vamos intensificar denúncias junto aos trabalhadores e Ministério Público do Trabalho contra mais essa atitude fascista dos gestores da DR/MG e exigir o fim dessa palhaçada.



Imposto assistencial

Comunicamos a todos os trabalhadores que se por ventura houve descontos nos seus contracheques por questão do imposto assistencial, contrariando a sua vontade, entre em contato com o sindicato, para que possam serem ressarcidos.



Por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

Por que a situação política hoje nos remete a 1964?

Ora, pois! Vivemos um instante tanto quanto parecido com a situação de 64. A direita, o capital, temendo uma avanço mais intenso da classe trabalhadora buscava de maneira firme contrapor com calúnias e mentiras um governo legítimo e que investia em políticas sociais.

Segundo Paulo Fontes, no site <http://outraspalavras.net/brasil/o-golpe-contra-os-trabalhadores>, acessado em 14/12/2015, em um editorial do jornal da família Marinho, revelam que apoiar o golpe de 64 foi um erro, justificando que foi por temor de uma possível instalação de uma "República Sindical" no Brasil. Assim, hoje, a situação não é diferente, buscamos um golpe para frear os avanços da classe trabalhadora. O impeachment pretendido não busca tão somente a moralização do governo, como pregam, antes tem o objetivo da implantação do neoliberalismo, a destruição da ferramenta de luta da classe trabalhadora, que é sem dúvida, o desmonte dos sindicatos, das lideranças dos movimentos sociais, entre outros.

Tem como objetivo central o retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. E para corroborar o que expomos vale lembrar os PLS, PLSs, PECs, que representam verdadeiros retrocessos na relação capital/trabalho. Somente para lembrar o PL 4330, que trata da terceirização, o PLS 555, que trata das estatais, o PEC 451, autoria do Presidente da Câmara dos Deputados que sucateia o SUS. Não podendo esquecer os Correios, pois sofremos com a Reestruturação, retirada de direitos, mudanças no nosso plano de saúde, prejuízos em nosso plano de previdência complementar, falta de segurança nas agências, falta de condições dignas de trabalho, entre outros.

Ao final de mais um ciclo, e consequentemente próximo de início (ou reinício?) de um novo, vale atentar para a Reflexão proposta pela psicóloga Jaqueline Meireles no site [http://delas.ig.com.br/comportamento/por-que-a-gente-comemora-o-ano-novo/1597415469508.html](http://delas.ig.com.br/comportamento/por-que-a-gente-comemora-o-ano-novo/), acessado em 14/12/2015: "Acada ciclo que termina, as pessoas sentem necessidade de fazer um balanço de pontos positivos e negativos".

Portanto, companheiros e companheiras, faz-se mister uma importante reflexão: engatada a esta proposta de afastamento da Presidente, há outras que calam fundo em nossas convicções, ou seja, parar com os avanços conquistados, tais como filhos de trabalhadores(as) de baixa renda disputando vagas nas universidades, falando outras línguas, se capacitando através do ciência sem fronteiras, trabalhadores(as) frequentando churrascarias, fazendo cruzeiros, embarcando em voos domésticos e/ou internacionais.

Devemos neste instante defender a democracia, temos que pensar como trabalhadores(as) que somos. Não podemos permitir o retrocesso.

Temos uma pauta e devemos exigir do governo que a cumpra, e não atender políticas conservadoras e neoliberais.

Vamos dar um basta à corrupção e à chantagem.